

## GT 10. Teoria política marxista

# Estado capitalista e autonomia relativa do político: uma leitura a partir da experiência do governo da Unidade Popular no Chile

**Gustavo Casasanta Firmino\***

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo realizar uma leitura da tentativa de transição institucional ao socialismo no Chile, empreendida pelo governo da Unidade Popular (1970-1973), a partir da noção de “autonomia relativa do Estado”, desenvolvida por Nicos Poulantzas. Para tal, se aborda a questão da democracia chilena e as causas de sua estabilidade institucional no período que vai da década de 1930 a 1970, na sua relação necessária para com a especialização dos aparelhos de Estado e a respectiva expansão da burocracia e da classe média. Ademais, considerando as particularidades histórico-políticas chilenas, procuramos fazer uma análise da crise política que teve lugar naquele país durante o período 1971-1973 e que, esgotando os limites da institucionalidade democrática, pôs fim ao governo popular.

**Palavras-chave:** Unidade Popular. Autonomia relativa do político. Aparelhos de Estado. Democracia.

Há exatos 40 anos, chegava tragicamente ao fim a experiência de transição institucional ao socialismo no Chile, encabeçada pelo governo da Unidade Popular (1970-1973) e abortada por um golpe de Estado liderado pelo General Augusto Pinochet, com apoio financeiro e militar do imperialismo norte-americano e de setores da burguesia interna. Pelas suas condições, particularidades e originalidade, a experiência chilena chamou sobre si a atenção mundial, assim como seu desfecho nos legou leituras diversas acerca de seus limites, contradições e fracasso final. Podemos afirmar que a principal característica da experiência encabeçada pela Unidade Popular, diz respeito à tentativa de iniciar o processo de transição ao socialismo, a partir da via democrático-institucional.

---

\* Mestrando em Ciências Sociais e pesquisador do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina), pela Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR. Contato: gcasasanta@hotmail.com.

A Unidade Popular (UP) consistia numa coalizão cujo principal eixo eram os partidos Comunista (PC) e Socialista (PS), mas que abrigava também o Partido Radical (PR), o Partido Social Democrata (PSD), o Movimento de Ação Popular Independente (API), o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), e parte da esquerda católica agrupada no Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU). Em junho de 1971, uma dissidência do PR, o PIR (Partido de Esquerda Radical), ingressou na UP, permanecendo até abril de 1972; em fins de 1971, o Movimento de Esquerda Cristã (IC), uma divisão originada no Partido Democrata-Cristão (PDC), também incorporou-se à Unidade Popular (AGGIO, 1993, p. 15). A coalizão de esquerda vence as eleições presidenciais de setembro de 1970, apresentando como candidato o então senador e dirigente histórico do Partido Socialista do Chile, Salvador Allende Gossens, que concorria pela quarta vez à presidência<sup>1</sup>.

O MIR, o MAPU, a IC e parcelas significativas do PS, embora operassem estratégias diversas, constituíam a alternativa do chamado “polo revolucionário” no interior da UP, embora sem se contrapor diretamente ao governo (AGGIO, 1993, p. 50). Interessa ter em conta que o presidente Allende, no interior do seu partido, o PS, fazia parte da fração que se opunha à opção pela via insurrecional, de modo a posicionar-se explicitamente contra as teses aprovadas no Congresso de Chillán em 1967 (ibidem, 105), onde o partido declarou-se enquanto organização “marxista-leninista”, apontando para a inevitabilidade da luta armada (PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE, 2013). Em traços gerais, pode-se afirmar que a linha política prevalecente no interior da Unidade Popular, era a linha do próprio presidente Allende.

No seu primeiro discurso ao Congresso Nacional, em 21 de maio de 1971, Allende destacaria a grande novidade histórica do processo chileno de transição socialista a partir da via democrático-institucional, que não se enquadraria nas vias soviética e chinesa da “ditadura revolucionária do proletariado”. Nessa mesma mensagem, fez ainda menção à consciência patriótica e tradição profissional das Forças Armadas, e sua respectiva submissão ao poder

---

<sup>1</sup> Na sua primeira tentativa pela “Frente do Povo” em 1952, obteve somente 50 mil votos. Em 1958, candidato da “Frente de Ação Popular” (FRAP), uma aliança comunista-socialista, teve 28% dos votos, perdendo para Jorge Alessandri, candidato apoiado por liberais e conservadores, por pouco mais de 30 mil votos. Novamente pela FRAP, em 1964, foi derrotado pelo democrata-cristão Eduardo Frei (39% contra 56%). Finalmente, em 1970, com 36,3 dos sufrágios, Allende consegue superar as votações obtidas por Jorge Alessandri do Partido Nacional, e por Randomiro Tomic do Partido Democrata-Cristão (AGGIO, 1993, p. 16).

civil, além de expressar a confiança de que o Congresso Nacional, por ser uma instituição baseada no voto popular, poderia ser renovado de tal maneira a transformar-se, efetivamente, num "Parlamento do Povo" (ALLENDE, 2003, p.387-8).

Pensamos que a principal questão colocada à experiência chilena, diz respeito à relação existente entre Estado (mais especificamente, aparelhos de Estado) e democracia. No mais, compartilhamos da opinião de Décio Saes, para quem as análises teóricas que desvinculam a chamada "democracia política" da questão do Estado burguês, perdem de vista o fundamental, a saber, a dimensão desse Estado como estrutura jurídico-política e aparelho de tipo particular (SAES, 1994, p. 17). A seguir, procuramos abordar a questão da democracia (e de sua estabilidade) no Chile – que permitiu à Unidade Popular chegar ao poder em 1970 – a partir da relação (necessária) com os aparelhos de Estado e sua especialização.

### **Estabilidade institucional e consenso velado: a democracia chilena**

É a partir dos anos 1930, até meados dos anos 1970, que o Chile se constituiu, do ponto de vista político-institucional, como uma exceção em relação aos demais países latino-americanos. O Chile possuía uma estabilidade democrática calcada sobre um sistema de partidos complexo e moderno, que contava com uma importante representação de forças partidárias revolucionárias e anticapitalistas, lembrando, à primeira vista, o sistema partidário da Europa mediterrânea (ROUQUIÉ, 1984, p. 207). Todavia, é certo que alguns dos principais partidos da esquerda chilena já detinham uma larga experiência institucional, chegando até mesmo a compor, em alguns momentos, coalizões políticas com outras forças partidárias, e a deter pastas ministeriais em governos que podemos considerar como sendo de "centro"<sup>2</sup>.

O apoio tático dos dois principais partidos da esquerda chilena, o Partido Socialista e o Partido Comunista, aos governos reformadores de centro, a partir da eleição de Aguirre Cerda em 1938, expressava um momento marcado pela contínua expansão das classes médias urbanas, que havia se iniciado em fins do século XIX. Seus principais traços sociais eram sua

---

<sup>2</sup> Em 1938, comunistas e socialistas participam da FRAP (Frente Popular), em aliança com os partidos Democrata e Radical – historicamente identificados com a classe média urbana chilena –, sob a hegemonia política dos radicais (PETRAS, 1969, p. 105-19). Um dos resultados de tal política foi a cooptação dos partidos da esquerda com a respectiva adoção, por parte destes, do estilo político parlamentar característico da classe média (ibidem, p. 149).

condição de não proprietária, possuidora de formação universitária, dependente da oligarquia interna (ligada ao capital estrangeiro), e sua vinculação ao aparato administrativo do Estado, o que num plano político, se traduzia numa aproximação em relação às massas pobres (buscando ser sua “porta voz”), seu intento reformador radical e de cunho nacionalista (PETRAS, 1969, p. 110-1).

Já num segundo momento, que vai de 1939 a 1959, a classe média chilena passa a ser incorporada ao sistema político (leia-se: à burocracia de Estado) (PETRAS, 1969, p. 127), ao mesmo tempo em que a ideologia anticomunista do pós-Segunda Guerra, com a respectiva pressão político-econômica direta dos Estados Unidos, exerce efeitos ideológicos consideráveis sobre a mesma. Na prática, isso significou um afastamento em relação aos setores populares e uma vinculação direta ou indireta com a “classe governante” tradicional; o abandono da sua inicial e progressista política de mobilização, por uma conservadora política de estabilização<sup>3</sup> (ibidem, p. 123-4). Evidentemente, tal reconfiguração das forças político-sociais permitiram uma maior acomodação/institucionalização democrática.

Para Henrique Moraga, por volta desse período, o Chile expressava um “Estado de aliança desenvolvimentista”, pois ancorado numa sólida aliança entre um “bloco no poder” relativamente homogêneo (que já incluía de forma subordinada a “classe média política”<sup>4</sup>) e a pequena burguesia, com base nos acordos com o imperialismo. Embora houvessem profundas desconexões entre os diferentes níveis da realidade social chilena, a correspondência entre o sociopolítico e o socioeconômico seria maior do que em outros países da América Latina, devido à atuação particular do Estado, de tal maneira que: “A firmeza dessa aliança sociopolítica permitirá o enraizamento da forma de regime parlamentar – embora com a total exclusão política das classes exploradas –, enraizamento esse que atuará sobre o Estado, induzindo à manutenção de sua forma desenvolvimentista” (MORAGA, 1977, p. 181).

---

<sup>3</sup> Embora se perceba, na análise de Petras, uma tendência no sentido de caracterizar a classe média pós-1939 como sendo conservadora, o autor também ressalta a existência de uma heterogeneidade social no interior desta, o que por vezes desembocava em atitudes diferentes ou até mesmo antagônicas frente a questões políticas fundamentais (1969, p. 131).

<sup>4</sup> No que diz respeito ao caso chileno, Moraga assevera que: “Ao colocar-se no executivo, sem pôr seriamente em causa a oligarquia, a ‘classe média’ não fará mais que, alternadamente, colocar as classes que formam seu corpo social bem no interior do bloco dominante” (1977, p. 88).

Por sua vez, Alain Rouquié irá se referir à formação de um “Estado de compromisso” no Chile, para o qual contribuiu, fundamentalmente, alguns mecanismos de democracia (ROUQUIÉ, 1984, p. 270). Ademais, o papel jogado pelas classes médias no processo de estabilização política e institucionalização dos conflitos sociais, também é destacado. Para o autor:

É através do Estado, com efeito, que uma parte das classes médias integrase à estrutura do poder. A expansão dos serviços públicos consolida o Estado tradicional e o “nacionaliza” dissociando-o, pelo menos aparentemente, das decisões das classes dominantes, criando dessa forma, uma imagem de neutralidade, de independência jurídica e política que constituirá, por muito tempo, uma das singularidades chilenas (ROUQUIÉ, 1984, p. 268-9).

Até fins do ano de 1952, o Chile seria governado pelo Partido Radical (historicamente ligado às classes médias) que contava, ocasionalmente, com o apoio dos partidos de esquerda, sobretudo do PS<sup>5</sup>. Para a legislatura seguinte (1952-1958), é eleito Carlos Ibañez, político e militar de procedência direita que, projetando uma imagem de “político apolítico” conciliada com um discurso fortemente populista, prometia resolver os graves problemas políticos e econômicos do Chile, entre eles, combater a corrupção e a inflação. Num contexto de crescente descontentamento dos setores populares, as classes médias apartam-se do PR, e buscam em Ibañez seu “homem forte” (PETRAS, 1969, p. 129). Contudo, nem Ibañez e nem seu sucessor Jorge Alessandri (1958-1964), apoiado pela direita tradicional que retornava à presidência após vinte anos, conseguiriam promover reformas substantivas capazes resolver os graves problemas econômicos e sociais do Chile.

Também é certo que havia lugar, na sociedade chilena, para um processo de polarização política entre direita e esquerda que se desenhava de forma mais ou menos nítida desde a década de 1930 (PETRAS, 1969, p. 116), assim como à mobilização (nem sempre em ascensão ou contínua) dos setores populares urbanos e camponeses, por meio de organizações

---

<sup>5</sup> A partir da eleição de Aguirre Cerda (1938), o PS ocuparia pastas ministeriais em diferentes governos radicais. Como sinal dessa política de coalizão, Petras assinala que dos 38 parlamentares do partido, eleitos de 1938 a 1953, somente 21% continuou o apoio depois de abandonar o cargo, enquanto 18% se aproximou aos grupos moderados, outros 18% se converteu à direita, e 3% ingressou em outros grupos de esquerda. Os 40% restantes se retiraram da política, desapareceram ou faleceram. Para o autor, parece ter ocorrido, portanto, um importante processo de cooptação dos “rebeldes da esquerda”, de modo que: “Aparentemente, o sistema parlamentar – unido à ambição individual – é um freio eficaz da política revolucionária, pelo menos no que se refere ao Partido Socialista” (1969, p. 150).

e associações diversas, e que alcançariam seu auge durante os anos do governo Allende. Tudo isso, entretanto, como já comentamos, dentro das condições gerais de um regime democrático representativo, com alternância do poder na cena política, em condições consideradas "normais".

Ao mesmo tempo em que se constata esse processo de estabilidade ou equilíbrio do sistema político chileno, também é certo que já antes do governo da Unidade Popular, tal sistema havia experimentado algumas sérias tensões. Em 1964, a Democracia Cristã chegava ao poder postulando uma alternativa global para a crise político-econômica vivenciada pelo Chile. Em termos político-ideológicos, propunha uma alternativa à direita tradicional, que saía bastante desgastada ao fim do governo Alessandri, bem como à esquerda marxista<sup>6</sup>, agrupada na "Frente de Ação Popular", representada por Allende. Seu programa de governo se inclinava para a realização de um conjunto de reformas estruturais (agrária, bancária e urbana), a "chilenização" do cobre, o estímulo à industrialização, redistribuição de renda e integração social através da organização dos "setores populares" (AGGIO, 1993, p. 99).

Com receio de uma possível vitória eleitoral da esquerda (como quase ocorreu em 1958), no caso de um cenário político tripartido, a direita abre mão de lançar candidato próprio. Assim, Eduardo Frei da Democracia Cristã, obteve apoio de uma coalizão de grupos sociais extremamente heterogênea, que agrupava grandes terratenentes, agricultores de classe média, setores do operariado mais bem remunerados da indústria do cobre e, nas províncias, pequenos empresários e empregados (PETRAS, 1969, p. 187). Nas eleições parlamentares de 1965, a Democracia Cristã obteve um êxito eleitoral até então inédito, conquistando maioria absoluta na Câmara de Deputados, e aumentando seu número de senadores (ibidem, p. 189).

Todavia, ao pôr em prática seu programa de reformas sociais, a Democracia Cristã contribuiu para o aumento das expectativas populares (posteriormente frustradas, em grande medida), e do desassossego popular<sup>7</sup>, criando uma tensão que chegou a afetar instituições

---

<sup>6</sup> Em oposição à leitura marxista da "luta de classes", a Democracia Cristã (DC) apresentava como referencial a "teoria da marginalização", centrando sua política na temática da integração social (AGGIO, 1993, p. 100). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se contrapunha à direita, a DC disputava com a esquerda marxista o apoio dos setores populares.

<sup>7</sup> "Abrindo a caixa de Pandora da participação dos excluídos, Frei rompeu o 'pacto social implícito' sobre o qual repousa o modelo político chileno. A mobilização popular promovida pela democracia cristã agrava e generaliza as tensões sociais, sem conseguir mantê-las no quadro institucional em que elas estavam até então contidas. O frágil equilíbrio que permitia a 'disjunção entre o sistema político e o sistema de desigualdade social' é rompido

governamentais como o Exército e o Poder Judiciário (VARELA & VIDELA, 1974, p. 28). Nesse momento, se desenvolve e se expande junto à direita chilena, uma “nova” ideologia antidemocrática que atribui ao Exército um papel de intervenção ativa nos conflitos políticos. No penúltimo ano do governo Frei, o regimento Tacna de Santiago se rebela (episódio que ficou conhecido como *tacnazo*), fato que foi apresentado como uma espécie de greve militar sem conotação política. A partir de então, já se podia verificar o início de um processo de erosão da mitificada neutralidade profissional das forças armadas, que acompanhou *pari passu* as metamorfoses políticas do país (ibidem, p. 275-6).

### **Autonomia relativa do político e aparelhos de Estado**

Independentemente das avaliações que se possam fazer sobre o caráter do governo de Salvador Allende (reformista, legalista, revolucionário, etc.), é fato que a Unidade Popular teve condições de dar início a processos efetivos de expropriações de grandes indústrias, empresas, latifúndios e bancos em favor do Estado (de transição?) e de largos setores operários e populares organizados<sup>8</sup>. De tal maneira, como se poderia pensar o fato de que um governo que reivindicava abertamente o socialismo, tendo à sua frente um presidente que se autodeclarava marxista, conseguiu mobilizar, mesmo que momentaneamente, as instituições e aparelhos de um Estado (considerando que este seja fundamentalmente burguês), logrando a realização de algumas reformas econômico-sociais de fato substantivas e que, contribuíram para o desencadeamento da consciência política das massas populares e de sua auto-organização?

Em nossa opinião, um caminho teoricamente fecundo para se pensar o caso chileno, pode ser trilhado a partir da problemática da *autonomia relativa do político (Estado)* sob o

---

com a entrada em cena de novos agentes, a movimentação de setores até então marginalizados e a irrupção no cenário político de confrontos sociais para os quais o compromisso é impossível” (ROUQUIÉ, 1984, p. 274-5).

<sup>8</sup> Até o final do primeiro ano do governo Allende, todas as empresas da grande mineração do cobre já haviam sido nacionalizadas. A reforma agrária intensificou-se de tal modo que, em um ano, expropriou um número de propriedades equivalente ao total expropriado durante todo o governo anterior, do democrata-cristão Eduardo Frei (cuja talvez a principal marca tenha sido a realização de uma reforma agrária de vulto substancial para os padrões histórico-políticos chilenos). Todos os bancos estrangeiros haviam sido adquiridos pelo Estado no primeiro semestre do governo Allende e, ao mesmo tempo, por meio de mecanismos financeiros, o Estado adquiriu controle direto de quase 90% do total das aplicações em bancos nacionais. Por fim, houve substancial avanço na incorporação de grandes e, posteriormente, médias empresas privadas (indústrias manufatureiras, empresas comercializadoras, etc.), que passaram para a recém-criada Área de Propriedade Social e Mista (BITAR, 1980, p. 94-7). No que diz respeito à reforma agrária (WINN, 2010, p. 100), e à passagem de empresas privadas para a Área de Propriedade Social e Mista (BITAR, 1980, p. 97), o apoio e mobilização dos setores populares conduziram o governo além das metas inicialmente estabelecidas.

modo de produção capitalista, desenvolvida por Nicos Poulantzas, a partir da obra *Poder político e classes sociais* (1968). Em linhas gerais, podemos indicar que, em Poulantzas, tal autonomia advém da autonomia relativa nas formações sociais capitalistas, dos níveis do “político” (jurídico-político) e do “econômico” (embora estes não sejam “estanques” em relação um ao outro), autonomia não encontrada nos modos de produção pré-capitalistas. Nesse sentido, adverte no início da obra:

O econômico, o político, o ideológico, não constituem essências prévias que entrem em seguida em relações externas de acordo com o esquema ambíguo – se tomado à letra – da base a da superestrutura. A articulação, própria à estrutura do todo de um modo de produção, comanda a constituição das instâncias regionais. Em suma, construir o objeto da ciência política, passando das determinações teóricas mais pobres às determinações teóricas mais ricas, supõe a definição rigorosa do político como nível instância ou região de um modo de produção determinado (POULANTZAS, 1977, p. 16).

De acordo com o esquema teórico adotado por Poulantzas, todo o modo de produção social articula diferentes níveis no seu interior (econômico, político, ideológico, etc.). E, em cada modo de produção histórico, se opera a subordinação geral desses níveis a um nível “específico”, o que o autor denominou “determinação em última instância”. Essa determinação em última instância no modo de produção capitalista, repousa sobre o nível do econômico (POULANTZAS, 1977, 26-7).

Décio Saes assinalou que, embora as formulações de Poulantzas em *Poder político*, estivessem intimamente ligadas à problemática althusseriana, haveria na abordagem daquele uma diferença epistemológica fundamental. Para os demais althusserianos, fixar as estruturas do modo de produção capitalista como objetos dependentes corresponde a atribuir-lhes um tratamento teórico autônomo. Diferentemente, em Poulantzas, o tratamento autônomo dado às estruturas (ou níveis), seria expressão *da autonomia real* das instâncias na totalidade social (SAES, 1997, p. 55). De tal sorte, Poulantzas chegaria à conclusão de que a autonomia (real) do Estado (dominação política de classe) em relação à economia (dominação econômica de classe), no modo de produção capitalista, permitiria que, ao menos no curto prazo, certos interesses econômicos das classes dominadas pudessem ser de fato representadas pelo Estado:



No caso do Estado capitalista, a autonomia do político pode permitir a satisfação de interesses econômicos de certas classes dominadas, limitando mesmo, eventualmente o poder econômico das classes dominantes, restando em caso de necessidade a sua capacidade de realizar os seus interesses econômicos a curto prazo, na única condição porém – tornada possível nos casos do Estado capitalista –, de que o seu poder político e o aparelho de Estado permaneçam intactos (POULANTZAS, 1977, p. 186).

Assim procedendo, Poulantzas realizava um corte entre interesses econômicos e interesses políticos das classes dominantes no âmbito do Estado capitalista, de modo a estabelecer o Estado enquanto locus, por excelência, de insistência material e ideológica da sociedade. Daí resulta a conclusão, presente em grande dos comentadores de *Poder político* que, nessa obra, a leitura do autor traria – pelo menos de forma implícita – uma estratégia leninista de transição ou socialismo; ou seja, de um embate frontal (capaz de produzir uma ruptura decisiva) com vistas à destruição do aparelho estatal burguês e sua substituição por um contra poder revolucionário. Todavia, Poulantzas também havia indicado que não é possível traçar de modo definitivo o limite entre dominação política e econômica, pois este depende da relação das forças sociais em luta, bem como das formas de Estado, da articulação interna de suas funções, da relação entre o poder econômico e o poder político, do funcionamento do aparelho de Estado (POULANTZAS, 1977, p. 187). Assim sendo: “A estratégia política da classe operária depende da decifração adequada na conjuntura concreta, desse limite que fixa o equilíbrio dos compromissos, e que constitui a linha de demarcação entre o poder econômico e o poder político” (ibidem, p. 188).

Também é certo que a forma como o autor entendeu a questão da autonomia relativa do Estado, sofreu algumas alterações fundamentais nos anos posteriores à *Poder político*<sup>9</sup>. Naquela obra, Poulantzas defendia a ideia de que as diversas instituições sociais, dentre as quais, os aparelhos de Estado, não possuem propriamente “poder”, devendo este ser referido unicamente às classes que detêm o poder, o que não significa que as diversas instituições e aparelhos sejam meros instrumentos “neutros” de dominação (POULANTZAS, 1977, p. 111).

---

<sup>9</sup> Na sua última obra de grande fôlego, *O Estado, o poder, socialismo*, publicada dez anos após *Poder político e classes sociais*, Poulantzas deu grande ênfase no sentido de que a autonomia relativa do Estado face às classes dominantes pode se constituir enquanto *propriamente política*, logo, além de melhorias no plano econômico, as classes dominadas poderiam avançar na sua luta política (portanto, pela conquista do poder de Estado), a partir de sua ação política não somente exterior, mas também interior ao próprio aparelho estatal. Nessa sua última obra, o autor defenderia abertamente uma “via democrática” de transição ao socialismo (POULANTZAS, 1981, p. 295).

Para Ralph Miliband, a abordagem poulantziana não trabalhava com a distinção necessária entre “poder de classe” e “poder de Estado”, acreditando que, ao se falar em “poder de Estado”, deve-se referir apenas ao “poder de uma determinada classe”. Tal concepção seria danosa ao próprio esquema teórico do autor, uma vez que: “isso, inter alia, equivaleria a privar o Estado de qualquer tipo de autonomia, e a transformá-lo, precisamente, em mero instrumento de uma determinada classe – isto é, praticamente anulá-lo conceitualmente” (MILIBAND, 2008, p. 98).

Indo além, para Miliband, o conceito de “elite estatal” permitiria ao pesquisador uma análise apropriada para se pensar a realidade das instituições/aparelhos nos quais o poder estatal está apoiado. Essa “elite” seria composta por aquelas pessoas que ocupam posições dirigentes nessas instituições, tais como: presidentes, primeiros ministros, altos funcionários públicos e administradores do estado, alta cúpula militar, juízes de cortes supremas, membros dirigentes das assembleias populares, etc. (MILIBAND, 1972, p. 72-3), perspectiva rejeitada por Poulantzas. Esse último, por sua vez, iria propor o conceito de “burocracia de Estado” para se pensar a categoria social que detêm o controle efetivo sobre os aparelhos estatais e que pode, por ventura, não se identificar com a classe ou fração hegemônica que, em última análise, detêm o poder de Estado (ou seja, a “classe dominante”).

É importante ter em conta que para Poulantzas, embora a própria burocracia esteja vinculada às funções objetivas de reprodução do Estado, possui uma autonomia relativa face às classes/frações de classe dominantes. O grau desta autonomia seria determinado tendo-se em conta a conjuntura precisa da luta de classes correspondente a um dado Estado capitalista específico, a configuração do bloco no poder, o grau de hegemonia no interior deste, as relações entre a burguesia e suas diferentes frações de um lado, e as classes trabalhadoras e classes apoio (aquelas que “apoiam” uma forma específica de Estado capitalista, sem entretanto, participar do bloco no poder), por outro, etc. (2007, 116)<sup>10</sup>.

Se, de fato, o poder estatal está fundamentalmente amparado sobre os aparelhos de Estado, tal como Miliband destacara, a análise sobre a função e composição social destes,

---

<sup>10</sup> Dessa forma, discordamos da recente posição de Adriano Codato e Renato Perissinoto, para os quais – largamente apoiados em Miliband –, na visão poulantziana, os agentes das chamadas “elites políticas” (grosso modo, o que Poulantzas define como “burocracia de Estado”), não passariam de meros fantoches de determinações estruturais (2011, p. 244).

bem como as possíveis relações de descentralização e defasagem (POULANTZAS, 1977, p. 327) entre os diversos lugares da dominação econômica, política, ideológica detidos pelas diferentes classes, frações e categorias específicas se faz necessária. Ou seja, o papel desempenhado pelos aparelhos de Estado (jurídicos, políticos, repressivos, ideológicos, etc.), e suas possíveis defasagens em relação aos interesses imediatos específicos das classes/frações dominantes, é o que nos permite pensar de fato numa autonomia relativa do Estado.

Todavia, é bastante claro que as preocupações de Poulantzas, tanto em *Poder político*, assim como nas suas obras posteriores, estavam voltadas para a análise do Estado nos países de capitalismo avançado, em condições “normais” de funcionamento, ou seja, na ausência de agudas crises políticas internas. Embora o Chile possuísse um sistema político dotado de certa estabilidade institucional, em especial quando comparado aos demais países da região (o que se explica antes de mais nada, como procuramos demonstrar, pela eficiente expansão do aparato burocrático estatal), a partir do final de 1971, o nível de tensão político-social alcançado e o ascenso da luta de classes no interior da sociedade chilena, ao colocar cada vez mais em questão a “unidade” do poder de Estado, precipitariam a quebra da citada institucionalidade.

No que diz respeito à estabilidade do sistema político-institucional, Alain Rouquié assinalou que entre 1932 até 1970, a “juridicalidade” chilena não poupou nem sequer as Forças Armadas, que no seu conjunto apoiavam os detentores do poder legal, atitude que reforçou a *autonomia da esfera política*, capaz de sustentar e subentender a limitação voluntária dos riscos e procedimentos legais, fatores essenciais ao funcionamento de uma democracia estável (ROUQUIÉ, 1984, p. 272). Nesse mesmo sentido, destacara que: “Se existia no Chile, antes de 1970, um acordo legal no terreno legal e se o movimento operário aceitava que a luta de classes se inscrevesse no terreno balizado e simbólico da arena política, o mesmo acontece com os militares” (ibidem, p. 272).

Assim, a ideologia jurídica parece valer para “todos”, expressando à primeira vista um compromisso conjunto dos cidadãos (tornados juridicamente iguais) e reunidos no Estado-nação. Obviamente, o estatuto de igualdade entre os cidadãos (organizado pela estrutura jurídico-política do Estado), recobre uma função ideológica precisa, qual seja, a de velar os

antagonismos reais entre as classes, todavia, não se reduz a uma mera ideologia, na medida em que produz efeitos reais no terreno da luta política. Ao se apresentar como representante “neutro” de uma coletividade nacional, esse Estado exerce um “efeito de representação” da unidade nacional, que se expressa, entre outras, pela vaga noção de “soberania popular” (POULANTZAS, 1977, p. 273). Como lembrou Décio Saes, esse “efeito de representação da unidade” em Poulantzas, se articula a um conceito central no esquema teórico do autor, o de estrutura jurídico-política capitalista<sup>11</sup> (SAES, 1997, p. 51).

Daí temos que, se em tese, esse Estado (por meio dos mecanismos formais da democracia política), se encontra igualmente aberto a todos, é possível que num contexto de crescente mobilização e conscientização política dos setores populares – dentro mesmo dos marcos circunscritos pela democracia burguesa – se exerça uma pressão política real sobre seus aparelhos. Nesse sentido compartilhamos, em grande medida, da opinião de Henrique Moraga, para quem:

(...) desde o início da sua atuação, o governo da Unidade Popular significou para o proletariado chileno a democratização do Estado burguês, neutralizando, em grande medida, o aparelho repressivo, reproduzindo o excedente, introduzindo nos aparelhos ideológicos a ideologia do proletariado, etc. Ora, dada a profundidade da crise estrutural que a sociedade chilena encerrava, o relativo enfraquecimento do Estado burguês significou um escoar das tensões acumuladas entre as classes, oferecendo condições favoráveis à luta do proletariado e gerando, em suma, uma dinâmica de avanço progressivo do movimento de massas, enquanto operários e camponeses começavam a ganhar confiança na sua própria ação (MORAGA, 1977, p. 293).

Adiante, o autor afirmaria ainda que embora o “poder do proletariado” (supondo ser este revolucionário) seja congenitamente antagônico ao Estado burguês, também se deve compreender que: “(...) se bem que pareça paradoxal, é possível a germinação, no interior do próprio aparelho estatal burguês, de um poder operário; mais precisamente, de um governo que venha a ser a base de uma dualidade de poderes” (MORAGA, 1977, p. 295). Obviamente, se numa conjuntura dada de franco ascenso da mobilização político-popular, é possível que

---

<sup>11</sup> O conceito de estrutura jurídico-política capitalista, se configura como um sistema articulado de quatro outros conceitos: “direito capitalista”, “burocratismo”, “efeito de isolamento” e “efeito de representação da unidade”. É importante se destacar, que, em Poulantzas, a especificidade da “teoria regional do político/Estado” no modo de produção capitalista, deve ser buscada no conceito de estrutura jurídico-política capitalista, e não na noção de “autonomia relativa do político/Estado”. Esta, por sua vez, como bem assinalou Décio Saes, não é propriamente um “conceito”, mas sim um índice temático (SAES, 1997, p. 51-2).

ideologias revolucionárias, reformistas ou progressistas penetrem em alguma medida os aparelhos de Estado, também o é para o caso das ideologias contrarrevolucionárias, fascistas ou conservadoras. Ambos os processos parecem ter tido lugar durante o governo da Unidade Popular.

Já em relação à instabilidade do sistema político, bem como às dificuldades e pressões às quais o governo da Unidade Popular seria submetido a partir do segundo semestre de 1971, a classe média chilena desempenharia nesse contexto um papel novamente decisivo. Peter Winn destaca que grande parte da classe média chilena que havia votado na Unidade Popular nas eleições municipais de março de 1971 – ocasião na qual a conquista de praticamente metade do total dos sufrágios, impulsionou e revigorou as principais medidas previstas no programa da coalizão governista –, se arrependeria desse voto ao longo daquele ano, de tal sorte que, no final de 1971 já se verificava o término do período de “avanço revolucionário fácil”, com o recobrimento das forças organizadas da direita e do centro político (WINN, 2010, p. 132-3).

Durante esse período, por exemplo, em muitas das indústrias nacionalizadas os supervisores sentiam-se solapados pela coadministração dos trabalhadores, e os funcionários de escritório ameaçados pelo impulso nivelador da “revolução” e emergência do poder *obrero*, aferrando-se assim à sua identidade de classe média e à política centrista democrata-cristã (WINN, 2010, p. 131). Por sua vez, a burocracia de Estado, historicamente vinculada, como vimos, à classe média, estava repleta de democrata-cristãos, opositores ao governo Allende. Também o aparelho judiciário era, por sua própria composição social, desfavorável aos intentos socializadores da Unidade Popular (ibidem, p. 75-6).

Tantas foram as tensões políticas que tiveram lugar durante o governo Allende, sobretudo a partir do final do ano de 1971, que Jorge Videla e Luis Varela afirmariam que, do ponto de vista do sistema político-institucional, a eleição parlamentar de março de 1973 se constituiu como uma eleição crítica-limite<sup>12</sup>. Para o Partido Nacional (direita), interessava a obtenção de dois terços dos votos pela oposição para a Câmara de Deputados e Senado para

---

<sup>12</sup>“A natureza não negociável das demandas e/ou posições dos atores políticos chaves, impedem a resolução do conflito político através do emprego dos mecanismos tradicionais” (VARELA & VIDELA, 1974, p. 10). Logo: “A noção de eleição crítica-limite aponta basicamente para o fato de que numa situação de crise política profunda, os distintos atores pretendem empregar um mecanismo tradicional de resolução do conflito político em um contexto qualitativamente distinto que limita seriamente a eficácia de tal instrumento” (ibidem, p. 10).

poder acusar e remover constitucionalmente o presidente de República. Para a democracia-cristã, a meta era a obtenção de uma maioria absoluta capaz de demonstrar a desconfiança cidadã em relação ao governo, impondo-lhe uma drástica mudança de rumos. Para a Unidade Popular, por sua vez, o objetivo era obter uma votação tal que impedisse a oposição de centro-direita de conseguir dois terços do total dos sufrágios.

Quando, finalmente, a Unidade Popular obtêm 44% dos votos nas eleições parlamentares<sup>13</sup>, parecia que a possibilidade de uma saída democrático-institucional para a crise política do país ficava mais distante (VARELA & VIDELA, 1974, p. 96). Em 29 de junho de 1973, a primeira tentativa clara de golpe, perpetrada por um setor minoritário no interior das forças armadas, é debelada. Já a segunda tentativa, ocorrida em 11 de setembro daquele ano, não teria semelhante desfecho.

## Referências:

---

<sup>13</sup> É interessante notar que em 1973, além da intensa crise política, o Chile passava por uma grave crise econômica. A hipótese prevalecente nos meios políticos era a de que existiria uma relação direta entre a qualidade da conjuntura econômica e o resultado eleitoral, o que foi desmentido pela surpreendente vitória da Unidade Popular. Vitória eleitoral que podia ser explicada pelos progressos a nível de organização e conscientização política dos trabalhadores. Essa maior conscientização, desenvolvida no próprio conflito, foi o que permitiu situar os problemas de curto prazo dentro da perspectiva mais geral de mudança estrutural (BITAR, 1980, p. 240-1). Mesmo desfavorecido pela classe média, o governo popular conseguiu suplantar sua vitória eleitoral de 1970 (36% a 44%).

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

ALLENDE, Salvador. "A via chilena para o socialismo". In: LÖWY, Michel (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2 ed. ampliada, 2003.

BITAR, Sérgio. *Transição, socialismo e democracia. Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: UFPR, 2011.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MORAGA, Henrique Gomariz. *O Estado nas sociedades dependentes: o caso da América Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PARTIDO SOCIALISTA DE CHLE. *Vigesimo segundo congreso general ordinário del Partido Socialista de Chile, Chillan*. Disponível em: <<http://www.archivochile.com>>. Acesso em: 18 maio 2013.

PETRAS James. *Política y fuerzas sociales en el desarrollo chileno*. Amorrortu: Buenos Aires, 1969.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. *Crítica marxista*, Campinas, n. 27, p.105-127, 2008.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 7, p.46-66, 1997.

\_\_\_\_\_. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2 ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

VARELA, Luis Quirós; VIDELA, Jorge Tapia. *Cambio político y la elección parlamentaria de marzo de 1973: antecedentes de una elección crítica-limite*. Universidad Católica de Chile, Instituto de Ciencia Política, 1974.

WINN, Peter. *A revolução chilena*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.